

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 192/19

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROCESSO Nº 1835/19

RELATOR (A): JÓ PEREIRA

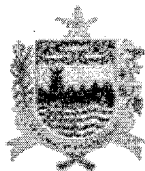
Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Deputado Leo Loureiro, projeto que tramita com o número 139/2019, a matéria Dispõe sobre a Criação da 1ª delegacia especializada no atendimento à pessoa com deficiência – DEAPD do Estado de Alagoas e dá outras providências.

O Projeto foi submetido para análise da 2ª Comissão de Constituição Justiça e Redação, para elaboração de parecer, cabendo a essa comissão apenas analisar a legalidade e a constitucionalidade da matéria, ficando a análise de mérito para a Comissão Temática ou para o Plenário.

A matéria em análise busca criar e implantar, em Maceió, delegacias especializadas no atendimento de pessoas com deficiência, e ainda estipula que essas delegacias deverá possuir em seu quadro de pessoal, intérpretes de libras, psicólogos e assistentes sociais .

Em uma análise ao texto da matéria, verifica-se alguns vícios de iniciativa e invasão de competência legislativa do Poder Executivo, quando o legislador busca implantar a citada delegacia, está sendo criada despesas não prevista, fato vedado no ordenamento jurídico.

É de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo legislar sobre organização administrativa, servidor público, criação, estruturação e atribuição das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

Secretarias, bem como de órgãos da administração pública, deste modo, fica claro que a matéria incorre em inconstitucionalidade.

Vale mencionar sobre a relevância da matéria, que sem dúvida beneficiará todas as pessoas com deficiência do Estado, no entanto, como não é competência de Parlamentar legislar sobre a matéria, a mesma pode ser encaminhada para o Poder Executivo em forma de indicação, nos termos do artigo 133, I, "h" do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Deste modo, vejamos o artigo 86 da Constituição do Estado de Alagoas:

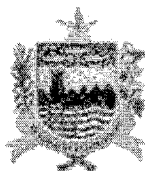
Art. 86 – (...)

§ 1º São de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que:

I – (...)

II – disponham sobre:

- a) criação, transformação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta, autárquica e fundacional pública, e fixem ou aumentem a sua remuneração;
- b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração do Poder Executivo;
- c) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;
- d) (...)
- e) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, direta ou autárquica e fundacional pública;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

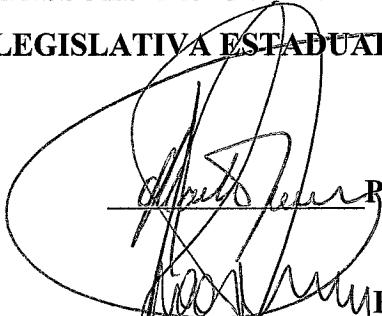
Como pode ser visto, o presente Projeto de Lei invade a competência legislativa do Poder Executivo, e cria despesa não prevista no orçamento, não preenchendo os requisitos para sua tramitação, não restando duvida da inconstitucionalidade da matéria em análise.

CONCLUSÃO


Diante de todos os pontos apresentados neste parecer, restou demonstrado que, o projeto de Lei 139/2019 deve ser rejeitado por inconstitucionalidade.

É o parecer.

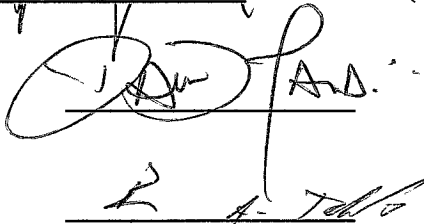
SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 29 de fev de 2019.



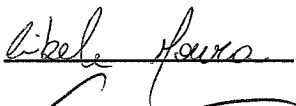
PRESIDENTE



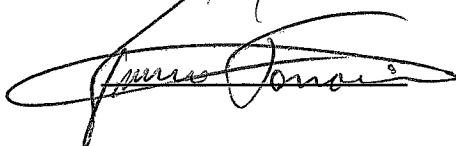
RELATOR(A)



Ad.º



Libela Faria



J.º